

Na trilha da autonomia intelectual Kaiowá

On the Path of Kaiowá Intellectual Autonomy

En la senda de la autonomía intelectual Kaiowá

Celuniel Aquino Valiente¹

Resumo: Este trabalho analisa o conhecimento Kaiowá (*ava arandu*) e sua desvalorização por instituições não indígenas. Pesquisadores indígenas demonstram que esses saberes têm validade equivalente à ciência ocidental. O texto constitui um exercício de descolonização e defesa da metodologia Kaiowá, valorizando a autonomia intelectual como instrumento de resistência colonial na produção de conhecimento. A partir da minha experiência acadêmica e de leituras de textos indígenas, produzi uma síntese e reflexão antropológica que aponta desafios e caminhos para intelectuais indígenas na academia.

Palavras-chave: conhecimento kaiowá, autonomia intelectual kaiowá, descolonização.

Abstract: This paper analyzes Kaiowá knowledge (*ava arandu*) and its devaluation by non-indigenous institutions. Indigenous researchers demonstrate that these knowledges hold validity equivalent to Western science. The text constitutes an exercise in decolonization and a defense of the Kaiowá methodology, emphasizing intellectual autonomy as a tool of colonial resistance in knowledge production. Drawing on my academic experience and readings of indigenous texts, I provide a synthesis and anthropological reflection that highlights the challenges and pathways for indigenous intellectuals in academia.

Keywords: Kaiowá knowledge, Kaiowá intellectual autonomy, decolonization.

Resumen: Este trabajo analiza el conocimiento Kaiowá (*ava arandu*) y su desvalorización por parte de instituciones no indígenas. Investigadores indígenas demuestran que estos saberes tienen una validez equivalente a la ciencia occidental. El texto constituye un ejercicio de descolonización y defensa de la metodología Kaiowá, valorando la autonomía intelectual como instrumento de resistencia colonial en la producción de conocimiento. A partir de mi experiencia académica y de la lectura de textos indígenas, elaboré una síntesis y reflexión antropológica que señala desafíos y caminos para los intelectuales indígenas en la academia.

Palabras-clave: conocimiento Kaiowá, autonomía intelectual Kaiowá, descolonización.

Indigenizando a pesquisa

Este trabalho analisa o conhecimento kaiowá (*ava arandu*) e sua desvalorização por insti-

¹ Antropólogo e professor kaiowá, doutorando em antropologia social na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: celunielvaliente@usp.br

tuições não indígenas. Pesquisadores indígenas demonstram que esses saberes têm validade equivalente à ciência ocidental. O texto constitui um exercício de descolonização e defesa da metodologia kaiowá, valorizando a autonomia intelectual como instrumento de resistência colonial na produção de conhecimento. A partir da minha experiência acadêmica e de leituras de textos indígenas, produzi uma síntese e reflexão antropológica que aponta desafios e caminhos para intelectuais indígenas na academia.

Desde que eu era criança, estudava na escola os conhecimentos chamados de científicos, que eram colocados num patamar mais alto em relação à outra sabedoria que existia no *te'yi* (coletivo) e na Reserva de Amambai - MS. Quando comecei o ensino médio, essa situação não mudou: eu mantinha o pensamento de que o saber escolar era mais verdadeiro e que precisava adquiri-lo para ter um futuro e desfrutar das coisas dos brancos (*karai reko kuérare*). Saímos do ensino médio com essa ideia na mente, de que sem escolarização não seríamos nada².

Depois do ensino médio, precisei buscar um caminho para construir meu futuro e, sem conhecer bem o curso, escolhi Ciências Sociais. Nesse curso, estudei os teóricos das Ciências Sociais e os debates sobre as questões de minorias, sobretudo sobre os povos indígenas³. Eu me encantava com as leituras, concordando com quase tudo o que os autores debatiam e afirmavam sobre as sociedades modernas (*karai reko*).

Também conheci a Antropologia no curso, primeiro estudando os clássicos e depois os antropólogos que realizaram pesquisas sobre os Kaiowá. A partir daí, eu queria imitar os autores e tentar escrever como eles; entretanto, isso era impossível, pois eu escrevia mal e falava pouco português. Mesmo lendo bastante, não conseguia pronunciar algumas palavras em português; isso persiste até hoje.

² Como Veronice mencionou em sua dissertação de mestrado em Educação, 2002.

³ *Avaguéra rehegua*.

O curso de Ciências Sociais abriu outro caminho (*tape*) para mim, despertando meu interesse pelo meu povo (que antes permanecia adormecido devido à intensa colonialidade presente na reserva). Em seguida, comecei a conhecer um pouco da história da Reserva, e também de rever o conhecimento e a cosmologia Kaiowá. Também estudei vários autores das Ciências Sociais (que não comentarei sobre nenhum deles). Em 2016, concluí Ciências Sociais e ingressei no mestrado, onde me aprofundei na Antropologia e me tornei especialista na área, realizando uma pesquisa sobre as produções dos coletivos Kaiowá na atual Reserva de Amambai, MS. Após concluir o mestrado, entrei no doutorado em 2020, na mesma área, e continuo estudando até hoje, com o foco no *ava arandu*, na transmissão e nos modos próprios Kaiowá de pensar a existência de todas as coisas.

Em todo o meu percurso acadêmico, senti muita angústia, especialmente com as formas como os conhecimentos Kaiowá são tratados dentro e fora da Universidade, e, sobretudo, na própria reserva, onde deveriam ser fortalecidos e defendidos como um valor relevante e epistemológico.

Os pensamentos antigos e ultrapassados⁴, herança da colonização, continuam presentes entre nós, manifestando-se nas produções de conhecimento, nos debates e no tratamento dado aos saberes indígenas em comparação com os saberes escolares e acadêmicos (*karaguéra reko*). As imposições das formas ocidentais seguem muito fortes, classificando outras formas de saber como irrelevantes, supersticiosas, folclóricas ou inferiores aos saberes acadêmicos e científicos. E, nas escolas da Reserva, a situação não é diferente (até o momento de 2025), pois seguem o mesmo currículo escolar dos não indígenas, com foco nos chamados conhecimentos universais. Nesse contexto, os modos indígenas ficam à margem ou nas periferias do ensino escolar. As sabedorias indígenas são tratadas como algo que está desaparecendo e que precisa ser preservado ou

⁴ Por exemplo, tratar os pensamentos indígenas como ultrapassados, atrasados, supersticiosos ou considerá-los irrelevantes por não se enquadrarem na lógica da ciência (razão).

“valorizado”, mas considerá-las no mesmo patamar da ciência ocidental ou buscar um diálogo de igual para igual sempre foi, e continua sendo, praticamente impossível, o que, nas Universidades, costuma ser chamado de interculturalidade.

Percebe-se, na vivência tanto na reserva quanto na Universidade, que estamos perdendo criatividade, porque nos são impostos conceitos e métodos vindos de contextos diferentes dos nossos. Acabamos reproduzindo discursos sem desenvolver uma postura crítica, mesmo enquanto intelectuais indígenas (sempre dependendo das categorias ocidentais para pensar). Nossos anciãos sempre disseram que a criatividade e a sabedoria estão em nossa filosofia e na nossa forma de viver e ver o mundo (*ñande reko rehe*). No entanto, com a escolarização, estamos caminhando para a ignorância, porque nela não estudamos nem tratamos os nossos *aranduguéra*⁵ como eles realmente merecem.

Essa imposição, que lembra a colonização antiga, quando se buscava ensinar ou impor os “modos corretos” a nós, faz com que percamos o foco em nossas próprias opções e perspectivas como indígenas, permitindo que as novas formas de agir dos brancos entre os Kaiowá se atualizem e se fortaleçam. Em um artigo, Gallois, Testa, Braga e Ventura (2016) demonstram que existem caminhos múltiplos na antropologia indígena. Até pouco tempo, falava-se sobre os indígenas; agora, porém, eles estão na universidade para falar a partir de si mesmos, o que transforma a própria disciplina - ou, como alguns autores afirmam⁶, promove a “indigenização da antropologia”. A partir disso, surgem diferentes possibilidades, como o pacto etnográfico, que busca garantir que a produção de conhecimento contribua tanto para as comunidades indígenas quanto para a academia⁷.

Outro ponto que considero muito importante é que o intelectual Kaiowá não pode cair na armadilha de se distanciar de sua comunidade. Ele deve assumir responsabilidade e compromisso

⁵ Sabedoria de ouvir o tempo- espaço. Conhecimento, saber kaiowá.

⁶ Como Cariaga (2021).

⁷ Como a obra genial *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015).

sério com os modos de pensar do seu povo, lutar a favor do *arudute'e* e questionar continuamente os pensamentos coloniais que permeiam as reservas, inclusive quando usam os próprios indígenas para sustentar a ideia de que o *ava arandu* é inferior, está desaparecendo e precisa apenas de “preservação”.

Penso que estamos lutando pela autonomia intelectual indígena porque precisamos fazer pesquisa, transmitir conhecimento e fortalecer ideias a partir das nossas próprias comunidades. Precisamos parar de agir como os Ocidentais, que tendem a inferiorizar o saber indígena, encaixando-o em caixinhas ou conceitos que eles mesmos criam. Quando conquistarmos nossa autonomia, conseguiremos avançar e produzir algo tão sofisticado quanto o nosso mundo já é.

A autonomia intelectual, no âmbito da Universidade, penso que será alcançada quando conseguirmos traçar caminhos que nos permitam produzir conhecimentos a partir das nossas próprias formas de organizar e expressar saberes. Essa ideia surgiu em 2022, quando eu e minha orientadora de doutorado, Beatriz Perrone-Moisés, professora da Universidade de São Paulo, começamos a repensar outras formas de escrever, aproximando-nos mais dos conhecimentos indígenas. Essa proposta não surgiu do nada, pois intelectuais e filósofos nativos norte-americanos já vinham debatendo desde a segunda metade do século passado, como Burkhart (2016), Deloria Jr. (2003), entre outros.

Carregadores de “*tolos*”

Minha avó Narcisa critica duramente os resultados das escolas nas reservas indígenas de Amambai -MS. Segundo ela, a escolarização ocidental⁸ forma pessoas sem conhecimento e sem relação com os modos de vida indígenas.

⁸ A educação escolar indígena é uma instituição do Estado dentro da reserva, que os Kaiowá vêm tentando indigenizar desde o final do século passado. Já a educação indígena é aquela sabedoria que se adquire no *te'ýi* – a comunidade –, junto aos anciãos e às anciãs.

Certa vez, em uma conversa com minha mãe, ela afirmou que a escola é uma instituição que fabrica a ignorância. Para minha avó, quem passou pela escola não tem inteligência nem bom senso, é considerado incapaz em tudo, e deixa-se enganar facilmente pelos não indígenas. Lembro-me de uma tarde em que ela reclamava do comportamento de alguns netos e netas.

Quando passou um ônibus escolar, ela o apontou e disse que aquilo era um “carregador de tolos” (*itavya ryru*). Essa crítica dela está relacionada ao fracasso da proposta de escola intercultural nas reservas Kaiowá, em Mato Grosso do Sul (até 2025).

Durante minha trajetória de professor, tive a honra de contar com a presença da *ñandesy* Adelaide, da reserva de Limão Verde, em uma das disciplinas que ministrei, “Corporalidade e Educação Escolar Indígena”, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Em suas falas, ela defende com firmeza os saberes Kaiowá e sustenta que a escola deveria dialogar de forma simétrica com os anciãos, que são guardiões dos conhecimentos tradicionais.

No dia 24 de março de 2024, dona Adelaide esteve comigo na sala de aula durante o dia todo, pela manhã e pela tarde, debatendo sobre a importância e a atualidade dos conhecimentos indígenas no mundo contemporâneo (*teko pyahu*).

Outro ancião que admiro é o *ñanderu* Emiliano, de Amambai. Ele também acredita que todas as instituições presentes em territórios Kaiowá e Guaraní, especialmente a escola, precisam partir do reconhecimento dos saberes indígenas como base para qualquer processo educativo.

No documentário *Monocultura da Fé*, o ancião Átana relatou com dor o sofrimento vivido ao conviver com os evangélicos em Limão Verde. Segundo relatos que circularam por diversos *te'yi* (coletivos) da reserva, naquela época, tentaram até mesmo queimá-lo vivo.

A escola muitas vezes finge valorizar os saberes indígenas, mas outras instituições, como a igreja e o sistema de saúde impostos ao nosso povo, exercem violências explícitas contra os modos de vida sustentados pelos xamãs Kaiowá.

A maioria dos anciãos critica o fato de que a escola não ensina com base nas metodologias próprias do povo Kaiowá. Com frequência, impõe outros conhecimentos, outros modos de ensinar e aprender, o que provoca rupturas nos *te'yi* e constitui uma forma de violência simbólica e epistemológica, que atinge principalmente os *ñanderu* e as *ñandesy*, desqualificando seus saberes e suas práticas ancestrais.

Descolonizando pensamentos

Os modos de pensar que surgiram na Europa nos séculos XVII, XVIII e XIX se espalharam pelo mundo como verdades absolutas e universais. Esse tipo de pensamento foi denominado por eles como “razão”. Quem se encontra fora dessa caixa de racionalidade é identificado como não ciência, superstição, lenda ou algo desprovido de verdade e de valor como conhecimento.

As Ciências Sociais, em seu início, trataram os povos indígenas como objetos de pesquisa. Coletavam dados, os classificavam como inferiores ao conhecimento ocidental e os enquadravam em categorias fixas, desrespeitando seus interesses, significados e escolhas como coletividade. Linda Tuhiwai Smith (1999) entende que a pesquisa foi fundamental para o processo de colonização, funcionando como um instrumento para dominar os povos nativos, que eram tratados como “laboratórios” para a ciência ocidental. Tudo isso ocorria em nome do progresso e do cientificismo. Hoje em dia, alguns pesquisadores *karai* têm revisto suas relações nos estudos com os povos que pesquisam; entretanto, ainda são recorrentes os modos coloniais com que os pesquisadores *karai* se relacionam com as comunidades.

Os Kaiowá têm seu próprio mundo e suas formas de definição, expressas principalmente por meio da oralidade (*Ava ñe'ẽrupi*). Possuem os *ñembo'eguera*, que são saberes voltados à interação com outras existências. Essas formas de conhecimento não são inferiores ao saber acadêmico (*karai arandu*), são diferentes e têm seus próprios movimentos. No entanto, é comum que

esses conhecimentos sejam considerados apenas no plano teórico, e, na prática, continuem sendo desvalorizados, como se não produzissem racionalidade.

Os indígenas não devem ser transformados pela universidade. Deve acontecer o contrário: é preciso que transformem a academia a partir dos conhecimentos de seus povos (*arandu yma rupi*). A minha experiência me ensinou que os conceitos das ciências são encantadores e perigosos, podem capturar os jovens (*jepota*) e, com o tempo, obscurecer seus pensamentos em relação às suas sabedorias. Os conhecimentos nativos (*Ava arandu*) têm suas próprias lógicas e são legitimados internamente.

Vine Deloria Jr. (2003) foi intelectual indígena nos Estados Unidos, critica a hegemonia do cientificismo, ou seja, da ciência ocidental e euro-americana, que deslegitima outras formas de pensar (*jehesamondo*), ensinar (*mbo'e*) e produzir conhecimento (*jejapo arandu yamgui*). Esses modos *karai* tendem a reduzir tudo o que existe a uma única forma de explicação, desqualificando e apagando outros pensamentos.

Saindo das caixinhas

A antropóloga Dominique Gallois, em entrevista concedida a Levi Marques Pereira e Tatiane Klein, disse algo que me marcou profundamente: que os alunos são tratados como páginas em branco pela escola (que é verdade!), e que seus conhecimentos não têm espaço nas instituições escolares. Concordo com ela, pois vivi isso. Dominique também contou que ficou surpresa ao perceber que essa lógica se repetia até mesmo em uma universidade, onde estudantes indígenas, como eu, eram obrigados a ler textos escritos por antropólogos ou a estudar conceitos como “cultura” e “identidade” antes de começarem a refletir sobre os próprios modos de vida - sempre a partir dessas categorias ocidentais, e não das nossas próprias formas de pensar e existir no mundo.

Gallois (2020) me sugeriu - e também a outros pesquisadores indígenas - uma metodologia

libertadora. Uma forma de pensar que rejeita essas “caixinhas prontas” que nos são impostas e nos convida a falar sobre nós mesmos sem depender dos livros e textos produzidos por antropólogos ou dos conceitos criados por não indígenas sobre a sociedade e os povos indígenas — como os conceitos de cultura, identidade, natureza, entre outros. Segundo ela, essas caixinhas acabam nos deformando como pesquisadores, criando um Kaiowá que já não tem compreensão crítica de si mesmo e que não reconhece o valor e a profundidade da sua própria sabedoria como indígena.

[...]. Eu falei: “Não quero saber disso. Me diz você: o que é território para você, para teus familiares?”. Esse caso foi muito interessante, porque eu mostrei para o Antonio (Antonio Brand): “Não dá. Ele não consegue mais refletir a partir dos saberes locais. Ele está completamente enviesado pelas definições livrescas”. [...]. Em Caarapó, no primeiro dia, todo mundo me falou da identidade; aí no segundo dia não aguentei e falei: “Vamos ter uma conversa? Vocês não vão usar nem a palavra identidade, nem a palavra cultura. A gente vai trabalhar de modo diferente e vocês vão me explicar as coisas com suas próprias palavras, sem usar esses termos identidade e cultura”. Foi difícil, mas acho que cutucou, entendeu? Foi uma certa alegria, quando eles perceberem que podiam falar de seus conhecimentos e práticas atendo-se a coisas pragmáticas: os saberes são práticas e são essas práticas que têm de descrever, evidenciar, para então seguir buscando os conceitos próprios (MAÍRA KLEIN E MARQUES PEREIRA, 2020, p. 448-449).

A missão de me libertar dessas “caixinhas” não tem sido fácil. Assim como outros pesquisadores indígenas, passei cerca de dez anos em uma escola que desvalorizava nossos modos próprios de pensar o mundo. Esse sistema nos impõe conceitos escolares como se fossem os únicos válidos, como se fossem mais verdadeiros do que os saberes que herdamos do nosso povo. Quando eu, como Kaiowá, começo a pensar a partir dos meus próprios modos analíticos, muitas vezes sou visto como alguém atrasado, não científico, ou até como um obstáculo ao desenvolvimento — como se eu estivesse atrapalhando o encaixe dos indígenas na economia, no consumo e na chamada sociedade universal.

Na minha reserva de Amambai, procuro demonstrar abertamente os modos de pensar dos Kaiowá. Por isso, já fui muito criticado. Um professor kaiowá, já experiente, chegou a dizer que, pelo que eu defendia, eu deveria sair por aí pelado e com uma melancia na cabeça - e que os meus

discursos estariam atrapalhando os estudantes indígenas a “se tornarem alguém” no futuro.

A Dominique mostra como é difícil para nós, indígenas, sairmos das “caixinhas”:

É muito mais difícil fazer isso no Mato Grosso do Sul – como é mais difícil fazer nas aldeias do baixo Oiapoque, onde os indígenas têm uma escolarização antiga e, portanto, pesadamente deformadora – do que fazer com os Wajãpi, onde a escola simplesmente não funcionava e portanto não deixava rastros. Você entende o que eu quero dizer? Então, eles ainda não estavam confundidos pelo linguajar escolar... Mas é isso, tem outros riscos. Uma vez um pesquisador wajãpi me disse: “Você é culpada! Você não é uma boa antropóloga”. Eu falei: “Por quê? O que aconteceu?”; “Não, porque a professora falou que você não ensinou o que é identidade para a gente”. Vocês entendem? Então eu tive que correr atrás de [explicar o] porquê: porque aí a palavra identidade matava a charada de tudo e não se sabia nada de novo. Eles não conseguiam dizer nada além de “minha identidade”. Nada mais. Nada. As práticas deles sumiam embaixo dessa categoria ambígua e vazia de sentidos locais (MAÍRA KLEIN E MARQUES PEREIRA, 2020, p.450).

No documentário *Escolarizando o Mundo*, a escola é apresentada como uma ferramenta de colonização - e eu concordo plenamente com isso, porque vivi essa realidade. A maioria dos xamãs Kaiowá também enxerga o processo dessa forma de escolarização dos Kaiowá em Amambai. O documentário fala de uma “monocultura humana”, que valoriza apenas uma língua e um único modo de saber - baseado no consumismo, no individualismo e na formação para o capitalismo, com um currículo padronizado e conteúdos eurocêntricos.

Dessa forma, nós, Kaiowá, acabamos deixando de valorizar a nossa língua, a nossa forma própria de organizar a vida, de produzir sabedoria e de ser no mundo. No contexto do Mato Grosso do Sul, percebo que muitos Kaiowá não conseguem ir além da repetição da expressão “minha cultura”, como se bastasse preservá-la. Os nossos conhecimentos acabam sendo reconhecidos apenas quando cabem nas classificações da ciência, perdendo sua força como modos vivos de pensar, sentir e existir.

Pesquisando a partir do *ava arandu*

Minha orientadora de doutorado, Beatriz Perrone-Moisés, critica a persistência de categorias antigas e ocidentais na abordagem dos modos de vida indígenas. Segundo ela, essas categorias são inadequadas para descrever os povos nativos das Américas. Beatriz inicia sua tese de livre-docência com o discurso de um indígena Canasatego, orador onondaga, que dizia aos ocidentais que os povos pensam de formas diferentes. A partir disso, ela afirma que os pesquisadores devem buscar escrever a partir da perspectiva dos próprios indígenas, sem maquiar seus modos de existência com termos como xamanismo, cosmologia, cultura ou política, usada a partir do ponto de vista externo. Em sua pesquisa, ela percebeu que os termos elaborados pelos pesquisadores *karai* dificultam a apreensão das políticas indígenas ameríndias.

Aqui no Mato Grosso do Sul, apesar das muitas imposições das categorias acadêmicas ocidentais, nós, indígenas, conseguimos - em certa medida - apresentar nossas pesquisas a partir das nossas próprias perspectivas. Isso só foi possível graças a alguns pesquisadores sensíveis a essas imposições e conscientes da necessidade de a universidade repensar o modo como os indígenas pesquisam seus próprios coletivos.

Meu orientador de mestrado e, hoje, amigo, Levi Pereira, seguiu a proposta de Dominique Gallois, de que a universidade deveria parar de ensinar os indígenas a pensarem seus modos de vida a partir de conceitos como “cultura” e “identidade”, e *passar* a estimular a investigação das relações que ocorrem nas aldeias com base em categorias analíticas dos próprios pesquisadores indígenas.

O engajamento do professor Levi nesse debate possibilitou que alguns pesquisadores Kaiowá e Guaraní realizassem suas investigações deslocando-se das categorias ocidentais para explicar os seus povos. Um exemplo é o Izaque João, atualmente doutorando em Antropologia na USP, que desenvolveu uma dissertação na UFGD (mestrado em História) sobre o *jerosy puku*, a

importância do milho branco e os donos como *Jakaira*, a partir da escuta dos mais velhos. Eliel Benites, também coorientado por Levi, valorizou os modos indígenas em sua tese de doutorado em Geografia pela UFGD.

Gostei muito de ler a dissertação de Valentim Pires, sobre a produção e educação das crianças Guarani Ñandeva da Reserva de Pirajuí, no mestrado em Territorialidade e Educação, também orientado por Levi. A dissertação de mestrado do Antônio Carlos Benites, que tratou da cosmologia Kaiowá, também foi significativa por evitar as categorias impostas pela academia, no mestrado em Antropologia da UFGD.

Destaco ainda as pesquisas dos meus irmãos Makiel Valiente e Ezequiel Valiente, além da minha própria dissertação, entre outros pesquisadores Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul. Apesar desses avanços, acredito que ainda precisamos caminhar muito no sentido de valorizar as pesquisas indígenas a partir de nossos próprios modos e nos esquivar das categorias impostas pelas academia colonialistas.

Autonomia intelectual

Linda Smith (doutora em Educação, professora, pesquisadora e integrante do povo Maori) é uma intelectual indígena do coletivo Maori, na Nova Zelândia. É uma figura relevante no processo de questionamento do pensamento colonialista e da valorização dos saberes nativos. Ao ler a obra *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples* (1999), reflito, a partir do trabalho da autora, sobre a necessidade de descolonizar os caminhos da pesquisa indígena, ou seja, de indigenizar nossa forma de escrever, expressar e organizar a pesquisa.

Desde a colonização, temos enfrentado diversas formas de violência, entre elas, a descaracterização dos nossos sistemas de saberes. A ciência ocidental, em especial a de tradição euro-americana, historicamente tem excluído os nossos conhecimentos tradicionais (*ñande arandu*),

tratando-os como folclore ou como práticas sem racionalidade ou reflexão filosófica. Diante disso, reafirmo que a nossa autonomia intelectual, como povo Kaiowá, deve estar centrada na produção de conhecimento, na pesquisa e na transmissão de saberes a partir de nossas próprias referências (como já mencionei acima, e vale a pena repetir), sem que sejamos capturados pelos termos coloniais que continuam a classificar o pensamento *karai* (branco) como maior e mais relevante.

Hoje, não somos mais apenas objeto de estudo. Assumimos a responsabilidade de pensar e fazer pesquisa como povo Kaiowá, questionando os conceitos inadequados que insistem em nos representar de forma distorcida. Por isso, entendemos que é tempo de discutir nossas metodologias e objetivos, a partir das nossas tradições e experiências coletivas.

Em nosso *te'yi* (coletivo) Kaiowá, escutamos constantemente os mais velhos e as mais velhas contarem histórias, compartilharem experiências, falarem de festas e viagens do passado, sempre destacando a importância dessas narrativas para o presente (*koangarã*). Descolonizar a metodologia, para nós, significa trilhar caminhos próprios (*ñande rapere*), narrar nossa história a partir de nós mesmos (*ñande ymaguare*) e de nossa relação com o mundo (*araguéra*), e não repetir formas impostas ou imitar cientistas sociais brancos em sua forma de pesquisar o “nós”. Olhamos para os nossos anciãos e anciãs como fontes vivas de sabedoria, e é com eles e elas que buscamos construir ou seguir metodologias que valorizem o conhecimento tradicional (*ñande aranduguéra*).

Hoje, temos escolas dentro de nossas comunidades, e compreendemos a importância de nos apropriarmos desses espaços para fortalecer nossa autonomia. Devemos reivindicar uma educação que critique os processos de assimilação (projeto de integração), que promova a reflexão e que coloque no centro nossos valores, nossos saberes e, acima de tudo, os interesses do nosso coletivo como povo originário.

Reconhecemos que a pesquisa foi uma das principais armas utilizadas pelos brancos contra nós. Mas também acreditamos que, se apropriada de maneira crítica e em favor da nossa coletivi-

dade (*ñandeguéra*), ela pode se transformar em uma ferramenta poderosa em diversas dimensões de nossa luta. Por isso, reafirmamos a importância de fazermos pesquisa a partir da nossa visão (*ñade resa rupi*), do nosso conhecimento (*ava arandu rupi*), da nossa forma de organização e das nossas maneiras de narrar o mundo (*ñande ñemembe 'urupi*).

Considerações finais

Concluo que pesquisar e escrever a partir do *ava arandu* constitui um exercício de autonomia intelectual e um caminho de descolonização do pensamento. Reconhecer os saberes Kaiowá e Guaraní como formas legítimas de produzir conhecimento, em diálogo crítico com a ciência ocidental, abre trilhas plurais para indigenizar a academia e enfrentar as assimetrias ainda presentes nas instituições escolares e universitárias.

Referências Bibliográficas

BURKHART, B. Y. **Red Wisdom**: Highlighting Recent Writing in Native American Philosophy. *Confluence: Journal of World Philosophies*, v. 1, p. 227–239, 2016. Disponível em: https://scholarworks.iu.edu/iupjournals/index.php/confluence/article/view/527?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 jun. 2025.

CARIAGA, Diógenes Egídio. **É possível guaranizar a universidade?** Reflexões iniciais sobre Antropologia e a presença dos estudantes indígenas na UEMS em Amambai (MS). *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 1, p. 78–99, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.7667>. Acesso em: 4 set. 2025.

DELORIA Jr., Vine. **God is Red**: a native view of religion. 3. ed. Golden, CO: Fulcrum Publishing, 2003.

BENITES, Eliel. **A busca do teko araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guaraní e Kaiowá**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 267 f., 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4591>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BENITES, Antônio Carlos. **Mba'e Kuaa Vusu/Nhane Ramõi Jusu Papa ha Nhane Ru Vusu Rembiapo**: a topologia do cosmo kaiowá e da construção de donos e guardiões dos conhecimentos. 189 f, 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/3075>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MAÍRA KLEIN, Tatiane; MARQUES PEREIRA, Levi. Resistências epistemológicas: entrevista com Dominique Tilkin Gallois. **Tellus**, [S. l.], n. 44, p. 441–472, 2021. DOI: 10.20435/tellus.vi44.749. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/749>. Acesso em: 12 set. 2025.

GALLOIS, Dominique Tilkin; TESTA, Adriana Queiroz; BRAGA, Leonardo Viana; VENTURA, Augusto dos Santos. **Etnologia brasileira: alguns caminhos de uma antropologia indígena**. Brasília(s), v. 9, p. 1-28, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/26734543/Etnologia_brasileira_Alguns_caminhos_de_uma_antropologia_ind%C3%ADgena. Acesso em: 5 set. 2025.

Gonzalez Cárdenas, L. O. SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**; tradução. Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 239pp, 2018. *Campos - Revista De Antropologia*, 20(2), 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/cra.v20i2.70323>. Acesso em: 5 set. 2025.

JOÃO, Izaque. **Jakaira Reko Nheypyrú Marangatu Mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato Grosso do Sul**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/85065693/Izaque-Joao-Dissertacao-de-Mestrado-1>. Acesso em: 26 jun. 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PIRES, Valentim. **Ore Mbo'e Ypy Omboheko Mitã** – aproximações aos conhecimentos e práticas para a construção da criança guarani na aldeia Pirajuy, Paranhos, MS. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade) – Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 91 f, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5014>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. London: Zed Books, 1999.

ROSSATO, Veronice Lovato. **Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul** – “Será o letrado ainda um dos nossos?” Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, CampoGrande, MS, 185f, 2002. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/905364/os-resultados-da-escolariza%C3%A7%C3%A3o-entre-os-kaiow%C3%A1-e-guarani>. Acesso em: 26 jun. 2025.

VALIENTE, Makiel Aquino. **Categoria Kaiowá de construção e desconstrução da parentela** – Te'yi na reserva de Amambai-MS. Mestrado em Antropologia – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1589>. Acesso em: 26 jun. 2025.

VALIENTE, Celuniel Aquino. *Arandu rape* – o caminho da sabedoria: como se tornar um Kaiowá sábio? **Revista Nanduty**, Dourados, v. 12, n. 19, p. 344–355, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/nty.v12i19.18115>. Acesso em: 19 maio 2025.

BLACK, Carol (Direção). **Escolarizando o mundo**: o último fardo do homem branco. [S.l.]: Lost People Films, 1 vídeo (65 min), son, color, 2010.. Disponível em: <https://www.filmsforaction.org/watch/schooling-the-world-2010/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MONCAU, Joana; MONCAU, Gabriela; JOÃO, Izaque; PIMENTEL, Spensy. **Monocultura da Fé**. São Paulo e Dourados: Canal Futura, 2017. 23min. Disponível em: <https://antropologia.paginas.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/10/Monocultura-da-Fé.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.